

## O METODOLOGISMO E O DESENVOLVIMENTISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – 1947 a 1961

Maria Angela Rodrigues Alves de ANDRADE\*

- RESUMO: O conteúdo que subsidiou este artigo<sup>1</sup> é extremamente denso no sentido do volume de material disponível, dispersos em teses, citações em livros, artigos, entrevistas e depoimentos de profissionais do período, publicados principalmente na Revista Serviço Social e Sociedade e em teses desenvolvidas na PUC-SP sobre os pioneiros do Serviço Social brasileiro. Todo o esforço na sua construção foi feito no sentido de agrupar os dados mais significativos para a compreensão da fase do processo de desenvolvimento da profissão que vai de 1947 a 1961, que sofre forte influência do Serviço Social Norte-Americano e que é denominado período do “metodologismo e desenvolvimentismo”.
- PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Influência Norte-americana; Serviço Social de Caso; Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

### Introdução

Em sua trajetória histórica, o Serviço Social não pode ser visto deslocado do contexto sócio-econômico em que se insere. Coerentemente com essa expectativa, levantamos algumas características essenciais do contexto, na perspectiva de que possam ajudar a explicar as configurações assumidas pelo Serviço Social no período de 1947-1961, quando a influência franco-belga cede lugar à norte-americana.

Assim, para a construção do conteúdo desta aula foram considerados 3 grandes temas:

- o contexto histórico do período de 1940 a 1960;
- o Serviço Social fundamentado na influência norte americana e nos procedimentos do Serviço Social de caso, grupo e comunidade;
- a construção do Serviço Social Brasileiro (chamado “segundo bloco” da periodização da profissão).

### O contexto histórico do Brasil no período de 1940 a 1960

---

\* Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação da UNESP, Franca, SP, Brasil. E-mail: [angela@franca.unesp.br](mailto:angela@franca.unesp.br).

<sup>1</sup> Este texto é resultado da aula proferida em 2007, razão do Concurso de Professor Livre-Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Campus de Franca.

O capitalismo industrial no Brasil, a partir da década de 1940 começa a tomar contornos mais definidos. Através de uma política econômica e financeira, o Estado incentiva as indústrias, visando à expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação do setor.

A expansão da produção industrial é acompanhada pela intensificação da taxa de exploração da força de trabalho, amplamente disponível no contingente populacional.

O proletariado urbano, nesse período já se manifesta como um setor emergente, capaz de exercer pressões sobre o Estado. Sua contribuição para a queda do Antigo Regime (República Velha), necessária à legitimação do Estado Novo, lança-o no quadro político.

O Estado Novo, através de sua estrutura corporativa, precisa, necessariamente, incorporar reivindicações dos diferentes setores, inclusive os populares, para validá-los como fonte de legitimação. A necessidade de absorver e controlar esses setores, que crescem a partir de sucessivos surtos de industrialização e consolidação paulatina do pólo industrial, é um imperativo dinâmico à própria expansão e acumulação capitalista.

A repressão da ditadura varguista neutraliza os componentes revolucionários dos setores populares ao mesmo tempo em que fortalece o projeto de estrutura corporativista.

A política do Estado Novo se apresenta, claramente, como resposta às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana. O surgimento e o desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias fazem parte do projeto reformador implementado pelo Estado, e têm a característica principal de propiciar benefícios assistenciais aos trabalhadores.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o

Trata-se de enfrentar o processo de pauperização do contingente da classe trabalhadora urbana, como forma indispensável à garantia dos níveis de produtividade do trabalho (reprodução da força de trabalho), necessários à expansão do capital naquele momento.

Buscando garantir o “controle social” e mesmo a sua legitimação, o Estado Novo apóia-se na classe operária através de uma política de massa, capaz de proteger e, simultaneamente, reprimir os movimentos reivindicatórios. Suas ações vão desde as legislações sociais e sindical até a criação de um aparato institucional assistencial, de forma a se estender da regulamentação do trabalho a uma política social e assistencial, aliada, muitas vezes, à própria classe produtora e à burguesia industrial (LBA e SENAI em 1942, SESI em 1946, SENAC, entre outras exemplificam bem a aliança).

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado de trabalho que se abriu com essas instituições, instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado.

No entanto, a profissão carecia de um conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos necessários para responder às novas demandas, visto que até a década de 1940, as assistentes sociais pioneiras tinham a legitimação de seu trabalho limitada pela intervenção advinda da missão do apostolado social e que, agora, passava a ficar a cargo do mandato institucional.

As novas necessidades sociais engendradas nesse processo determinavam e legitimavam a intervenção de profissionais tecnicamente qualificados, demandados a partir do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana.

Foi no processo de emergência das classes sociais – proletariado e burguesia nacional – que o Serviço Social se desenvolveu e se legitimou como profissão. O assistente social apareceu como uma categoria de assalariados, direta ou

indiretamente vinculado ao Estado, devido à da implementação de suas políticas sociais, via entidades sociais e assistenciais.

O mercado de trabalho que se abriu para a profissão pressionava o Serviço Social a reconsiderar as suas origens. Como parte da engrenagem de execução das políticas sociais, passou a ser uma ação necessária e útil ao funcionamento racional das instituições, de acordo com o papel que elas tinham de desempenhar no momento de produção capitalista e no desenvolvimento do projeto sócio-econômico burguês.

Foi o processo de emergência das instituições no plano assistencial – reflexo da transição sócio-política a partir do Estado Novo – que favoreceu um avanço à nossa profissão.

Até então, Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristianização da sociedade, orientado pela doutrina social da Igreja essencialmente anti-capitalista e anti-liberal. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais.

Esse traço da proposta doutrinária começou a tomar outros contornos a partir do próprio movimento interno da profissão. A demanda externa favorecia, mas foi no plano das representações dos agentes profissionais que se imprimiu uma nova direção.

A industrialização emergente não era um fato a ser desconsiderado no contexto do período. “A produção industrial, de modo geral, crescerá 50% entre 1929 e 1937.”<sup>2</sup>

O pensamento conservador tornou-se pouco eficiente face às demandas da realidade. A mudança foi imposta para a própria sobrevivência do Serviço Social diante dos novos requerimentos sociais. Os padrões de eficácia do período doutrinário, que se baseavam em padrões morais – ser bom cristão era o suficiente – se mostravam precários diante do novo contexto social.

Nos anos de 1940, os padrões de eficácia demandados foram outros, rentabilidade e iniciativa apoiados, necessariamente, em um conhecimento mais sistematizado sobre a realidade e procedimentos adequados de intervenção.

Para responder às necessidades postas pela conjuntura, foi

---

<sup>2</sup> SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 12.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1981, p.263.

premente, ao Serviço Social, relacionar suas atividades profissionais de acordo com os procedimentos administrativos e técnico-burocráticos que as instituições exigiam.

Necessário se fez também, ao Serviço Social, intervir com eficiência, técnica e competência para equipararem-se às demais profissões, que com ele disputavam e atuavam no espaço institucional. Portanto, métodos e técnicas de intervenção tiveram de ser adaptados a um novo tipo de demanda. A questão que se colocou foi: onde encontrá-los ou buscá-los?

Para conhecer, compreender e explicar como aconteceu a superação da atuação profissional orientada pela doutrina social da Igreja Católica é necessário reportarmos-nos a um quadro mais abrangente, que extrapola o quadro particular da categoria e do contexto da realidade brasileira.

Em 1942, Getúlio Vargas, em nome de interesses econômicos e políticos, estreitou relações com o governo norte-americano de Roosevelt, que tinha como metas prioritárias o fortalecimento do capitalismo e, em contrapartida, a luta contra o comunismo e a expansão de sua hegemonia sobre todo o continente americano, fato objetivamente constatado na História.

A luta travada entre as grandes potências (Alemanha, França, Inglaterra, Japão e Estados Unidos) provocou o enfraquecimento de algumas nações e a supremacia dos EUA, que passou a demonstrar um especial interesse pelos países latino-americanos.

A grande ofensiva norte-americana dar-se-ia após a II Guerra Mundial, pois era o único país capitalista com condições de fazê-lo, uma vez que Inglaterra, Alemanha e França amargavam os duros reflexos de anos do conflito, assim como a União Soviética, que também teve muitas cidades destruídas, milhões de mortes e sua economia abalada.

Apesar disso, o comunismo não estava de forma alguma erradicado. Os EUA desencadearam, então, a Guerra Fria, ou seja, a luta ideológica entre o capitalismo e o comunismo, justificando o rearmamento. Na verdade, o desencadeamento da Guerra Fria possibilitou, aos EUA, reativarem as grandes indústrias, dando trabalho aos desempregados e, por outro lado, a implementação do Plano Marshall possibilitou manter, através de empréstimos aos países europeus (França e Itália, por exemplo) o capitalismo.

Resolvido internamente o problema e garantidas suas posições na Europa, puderam os EUA voltar aos olhos para a

América Latina.

Até 1945, a posição do Brasil diante das relações internacionais não estava claramente definida. O quadro final da II Guerra facilitava a definição pelo caminho da democracia. Após esse evento, o Brasil “amarrou-se” definitivamente aos EUA, haja vista que desde o fim da I Guerra, o poderio inglês começava a entrar em declínio, enquanto o imperialismo americano se impunha mundialmente.

Ao término da II Guerra Mundial, com a vitória dos aliados e a derrota do nazi-fascismo e a campanha que se desenvolvia no Brasil pela reconquista das liberdades democráticas, criou-se um clima impróprio para o regime ditatorial de Getúlio Vargas.

A necessidade de mudanças era sentida pelo próprio governo, principalmente por parte dos militares que começaram a perceber que o Estado Novo já havia cumprido o seu papel.

Na seqüência dos acontecimentos, os militares evitaram através de um golpe, o “continuismo”<sup>3</sup> e as eleições para presidente foram realizadas em 2 de dezembro de 1945 com a vitória do General Dutra.

Em 16 de setembro de 1946, foi promulgada uma Nova Constituição, entrando, o país, em regime constitucional. Entretanto, a nova Constituição resguardava traços do antigo regime e pouco se diferenciava da de 1934. A Nova Constituição ignorou o problema da terra e, portanto, a necessidade de uma reforma agrária, o que possibilitou, durante a presidência de Dutra, atos reacionários e anti-democráticos.

Ao mesmo tempo, o Brasil ingressava em uma fase de crescimento industrial, favorecida pela privação do abastecimento, pelo mercado externo, de manufaturas, ampliando, dessa forma, o mercado interno e propiciando, conseqüentemente, a emergência de uma nova burguesia industrial.

Nessa perspectiva, a industrialização foi favorecida com o início da Guerra Fria e sua intensificação ocorreu a partir de 1947. A exacerbação da divisão ideológica do mundo reforçou a opção pela via capitalista. O capitalismo foi definitivamente coroado, e o socialismo, expurgado.

Nessa fase, vislumbrou-se a solidificação da adesão ao

---

<sup>3</sup> Ver BASBAUM, Leoncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981, p. 133.

capitalismo em um momento de pujança industrial urbana. O capitalismo foi visto como algo necessário para o desenvolvimento da sociedade, acarretando, como preço inevitável, o agravamento da questão social; a solução socialista foi vista apenas pelo ângulo da restrição às liberdades humanas e aos direitos individuais. Desatrelada do seu questionamento à ordem capitalista, tomava um vulto ainda mais assustador quando abordada como combativa ao “direito da Igreja e da Família”, esteios relevantes da ação profissional na época.

Tais aspectos permitirão um movimento de aproximação dos princípios democráticos, já amplamente enaltecidos no período, como passíveis de compatibilização ao pensamento cristão.

Ferreira registra e explícita essa idéia:

[...] o fundamento da democracia é o mesmo do Serviço Social – o bem comum. Evidentemente, a esfera de ação daquela é incomparavelmente mais ampla que a deste, pois enquanto o Serviço Social age no interior da sociedade, a ordem democrática tem a seu cargo a extensão da sociedade por cuja organização total responde. (1946, p. 83)

A saída foi a democracia cristã, eficaz no combate à “atitude materialista e individualizada (egoísta)” e a “tendência à descontinuidade”.

Desse modo, o Serviço Social conciliou os fundamentos da filosofia cristã com uma proposta política que legitimasse o capitalismo. Por outro lado, foi o próprio processo de desenvolvimento capitalista que vinha, paulatinamente, oferecendo condições para a institucionalização da profissão.

Entretanto, como já enunciamos anteriormente, as exigências da racionalidade capitalista impunham aos assistentes sociais, a necessidade de novas estratégias e instrumentos. Não era mais suficiente a “compreensão e experiência de mulheres com dom de si próprias à vida popular”. A demanda institucional conclamava o Serviço Social para o terreno da formação técnica, da eficiência.

Foi nessa direção que o movimento interno da profissão conseguiu caminhar qualitativamente, também aderindo ideologicamente à racionalidade capitalista, o que lhe garantiu a legitimação profissional.

A partir de 1945/47, que vamos sentir a preocupação dos assistentes sociais com a definição de uma elaboração teórica própria, pautada em critérios técnicos e científicos, que imprimisse eficácia à ação. Com esse quadro, o Serviço Social se apresentava como social e institucionalmente necessário restava-lhe buscar os conhecimentos imprescindíveis à prova de sua eficácia social.

É bom lembrar a relação Brasil/Estados Unidos extrapolou o nível da econômico; ela alcançou inúmeros segmentos da vida latino-americana. A América do Norte passou a ser o novo "empório" de idéias, a nova referência de modelos e ações, inclusive no sistema de bem-estar-social. Este fato, inevitavelmente, atingiu também o Serviço Social brasileiro, que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional.

Com a política da boa vizinhança instaurada entre Brasil e Estados Unidos, teve início uma oportunidade singular: a participação de assistentes sociais brasileiros em congressos interamericanos de Serviço Social e concessão de bolsas de estudo.

O marco dessa relação está situado no Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941, em Atlantic City (USA)<sup>4</sup>, evento que estabeleceu laços estreitos entre as principais escolas de Serviço Social brasileiras e as grandes instituições, escolas e programas continentais de bem-estar social norte-americanos.

Inaugurou-se com o sistema de bolsas, o período de influência norte-americana, com reflexos claros no currículo das escolas. Destacamos as presenças de Nadir G. Kfourri (Serviço Social dos Casos Individuais) e Helena Iracy Junqueira (Organização Social de Comunidade e Administração de Obras). Os intercâmbios facilitaram a penetração de conhecimentos já bastante elaborados pelos assistentes sociais norte-americanos.

## **O Serviço Social fundamentado na influência norte americana**

---

<sup>4</sup> Participaram do evento: 1. Helena Iracy Junqueira (ESS – SP), 2. Therezinha M. P. da Silveira (Escola Técnica de S. S.–RJ), 3. Stela de Faro (Instituto Social– RJ), Ruth Barcelos (Escola Ana Nery).



Mary Richmond foi a primeira a escrever sobre a diferença entre fazer assistência social, caridade, filantropia e o Serviço Social. Em seu livro *Case Social Work*, publicado em 1917, aponta as medidas de uma prática profissional competente, séria e rigorosa. Richmond secularizou a profissão e, ao mesmo tempo, ofereceu as bases técnicas e as formas de trabalhar nas quais os assistentes sociais se reconheceram.

Por trás das idéias de Richmond, há uma clara e identificável concepção funcional de sociedade, elaborada pela sociologia norte-americana. E essa mesma sociologia norte-americana somada ao arsenal técnico de Mary Richmond, Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis, entre outros, conferiram uma autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais no Brasil.

A sociologia, um dos suportes teóricos para o Serviço Social, explica a desigualdade social, atrelada à estratificação social. Longe de focalizar os problemas sociais estruturalmente imbricados à lógica do sistema capitalista, a sociologia aborda no âmbito dos indivíduos, grupos ou instituições desajustados, a partir das desigualdades institucionalizadas.

As instituições têm, aí, uma dupla função que é não apenas garantir a reprodução das posições diferenciadas e a preparação dos indivíduos para ocupá-las, mas também a função de tornar funcionais os conflitos, ou seja, a instituição administra os conflitos para torná-los dinamizadores da rede de relações. Para tanto, há, intrinsecamente, uma forte exigência de racionalidade, de organização técnica.

No âmbito institucional, o agente profissional, o assistente social, será o responsável pelo trabalho junto aos sujeitos sociais que, por conflitos, começam a se descolar de determinadas posições do sistema de estratificação, para que retornem ao sistema. Na ótica funcionalista, a proposta institucional é colocar o conflito no conjunto da estrutura social aceitável, adequando o usuário aos seus recursos.

O assistente social é um desses agentes institucionais, legitimado como profissional para atender a essa expectativa. O saber produzido e aplicado do assistente social está a serviço da instituição, e o seu exercício institucional lhe confere legitimidade.

No que toca ao plano externo, a abertura, nas décadas de 1940 a 1960 de um novo e amplo campo para os assistentes sociais

– as instituições assistenciais públicas e particularmente patronais e grandes empresas (especialmente as indústrias) – suscita no assistente social, progressivamente, a substituição do binômio Igreja-Família por Escola-Indústria-Família.

O conjunto de procedimentos racionais é utilizado no sentido da mudança e habilita o profissional que os utiliza a ser um indutor de mudanças. Entende-se, aqui, por mudanças, a ação direcionada no sentido do restabelecimento da estabilidade. Os assistentes sociais se propunham explicitamente a isso, porém sem colocar de lado o caráter ético; este não deveria colidir com o plano metodológico.

As perspectivas metodológicas atendem às demandas, às exigências do racionalismo, da planificação de cunho pragmático, ao mesmo tempo em que colocam, no seio da discussão, a reforma através do imperativo ético e moral. A formação cristã humanista do assistente social funde-se ao caráter social da instituição, consolidando as chamadas práticas educativas – a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema. Entretanto, a militância no Serviço Social não é mais religiosa, ela passa a ser técnica sem, contudo, abrir mão das posturas anteriores.

Essa perspectiva se torna possível até 1961, imbricando-se com a desenvolvimentista e a proposta continua sendo induzir mudanças sem, contudo, negar os conflitos.

O conservadorismo católico, que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, começa, especialmente a partir da década de 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

A reorientação da profissão, que exigia a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, teve como objetivo atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, às requisições de um Estado que começava a implementar políticas sociais.

Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho, coloca o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliar os referenciais técnicos para a profissão.

Esse processo é denominado por Yamamoto (1992, p. 21)

como *arranjo teórico-doutrinário* e se caracteriza pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico científico de inspiração na teoria social positivista, reiterando para a profissão o caminho do pensamento conservador mediado pelas Ciências Sociais.

Cabe esclarecer que nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por uma visão de mundo abrangente, fundada na fé, em dogmas. O conservadorismo, como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, assim, suas reações são preservadoras da ordem capitalista. Por sua vez, a teoria social constitui um conjunto explicativo totalizante, ontológico, vinculado organicamente ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa e de seu processo de constituição e de reprodução. A teoria é uma construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e assim supõe um padrão de elaboração: o método. Assim, cada teoria social é um método de abordar o real. Portanto, o método é a trajetória teórica, é o caminho teórico que se observa na explicação sobre o ser social.

No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste.

Essa orientação funcionalista foi absorvida pelo Serviço Social, configurando, para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim, uma tecnificação da ação profissional acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBECK, 1984, p. 71).

O que impedia uma visão crítica acerca da questão social,

nesse período, entre outros elementos, eram os aportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade social: os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônica nas Ciências Sociais (Positivismo). A profissão “aceitava” a base de legitimidade e o significado de sua “função social” atribuídos pelo Estado e pelo empresariado.

Dessa forma, as concepções de homem e de sociedade legitimadas pela tríade Neotomismo/Pensamento Conservador/Positivismo eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre:

- A substância profundamente desigual da sociedade capitalista, considerada como natural, harmônica e capaz de realizar suas necessidades individuais e sociais;

- As condições da exploração capitalista e as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, inerentes ao processo de dominação e manutenção da ordem burguesa;

- O caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social dos interesses de classe contrapostos que convivem em tensão;

- A dimensão ético política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta “face humanitária do Estado e do empresariado” (BRITES; SALES, 2001, p. 26).

A partir de 1945, o Serviço Social latino-americano aliou-se às técnicas funcionalistas advindas da Sociologia norte-americana, enquanto forma de instrumentalizar a investigação e a intervenção na realidade social. A hegemonia dos Estados Unidos influenciou diretamente o Serviço Social latino-americano, no tocante à profissão.

Sob a concepção funcionalista, o controle social exercido pressupunha a integração do indivíduo ao bom funcionamento de uma sociedade proposta pela classe dominante. Era enfatizado o trabalho com grupos, quer para interação, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do indivíduo ao seu meio. O modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro.

## Os procedimentos do Serviço Social de caso, grupo e comunidade

As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social.

A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade (doravante DC), como técnicas e campos de intervenção profissional.

O Serviço Social de Caso ou *Casework* orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente.

O Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. (RICHMOND, 1915, apud BALBINA, 1978, p. 44)

O Serviço Social de Casos caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas. (HAMILTON, 1958, p. 38).

No decorrer de seu desenvolvimento ou na busca de apoio científico, o Serviço Social buscou apoio no sentido, principalmente, de racionalizar sua atuação: na sociologia, no que diz respeito à interdependência entre a personalidade e o meio social (família e estrutura sócio-econômica), na psicologia, nas teorias que pudessem explicar melhor o comportamento dos clientes e contribuir na implementação de um método de tratamento (sugestão, treinamento, aconselhamento, educação e reeducação). O sistema principal é *a pessoa em situação*.

Caracterizou-se pela primazia dada à informação e à observação. A forma de trabalho incluía a adoção do método

clínico, que toma o sujeito como quadro de referência e é composto pelas fases de estudo, diagnóstico e tratamento e das teorias sócio-psicológicas, que possibilitavam um elo entre os aspectos psicológicos e sociais.

Segundo Richmond (1915), o diagnóstico social é a tentativa para chegar à definição, tão exata quanto possível, de uma situação social ou da personalidade do cliente.

Hamilton (1958) considera o diagnóstico como uma "opinião profissional" quanto à natureza do problema e quanto às reservas e capacidades em potencial do cliente.

O atendimento e "solução" das necessidades de "adaptação" é o que propõem as instituições de prestação de serviços sociais, às quais cabe a administração dos "conflitos ou desajustamentos", que poderão se constituir em âmbito maior, nas chamadas "rupturas" de equilíbrio. Então, estando o espaço para administração já configurado – as instituições para auxílio, ajuda – , resta à categoria profissional a missão de organizar essa ajuda para que ela se torne eficaz. Daí, novamente o profissional recorre às propostas metodológicas advindas do funcionalismo (com raiz positivista) e esquematiza o "seu" método de ação e o seu instrumental próprio.

O estudo encaminha para a *compreensão* do problema psicossocial ou do seu *diagnóstico*, isto é, a opinião do profissional quanto à natureza da necessidade ou do problema que o cliente apresenta. Pressupõe uma gama de "percepções psico-sociais" baseada no conhecimento sobre o "*funcionamento social no sentido normal*."<sup>5</sup> Esse conhecimento é baseado nas ciências sociais, o que permitirá ao assistente social obter um "*histórico inteligente e formular diagnósticos* precisos e adequados."<sup>6</sup>

Chega-se, aqui, ao momento do *tratamento* em Serviço Social de Casos, cujo objetivo é *estabilizar* ou *melhorar a situação do cliente* quanto à adaptação ou *ajustamento social*.<sup>7</sup>

Para essa ajuda, o Serviço Social de Casos conta com um arsenal de técnicas e instrumentos que propiciaram dois níveis de intervenção: o direto e o indireto. De acordo com Kfoury (apud

---

<sup>5</sup> HAMILTON, Gordon. *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*. Rio de Janeiro: Agir, 1976, p. 253.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 278.

NEVES, 1990) esses conteúdos estão claramente explicitados e supõem que no domínio das técnicas, está assentada a capacidade e a eficiência do profissional em “oferecer oportunidades de mudança de maneira educativa.”

É tão explícita essa condição, que a “mudança obtida” pode vir a ser objeto de avaliação, tenha ela ocorrido no âmbito da atitude pessoal ou no meio ambiente em que o cliente vive. No processo de avaliação, evidenciam-se áreas de maior “progresso” e áreas de manutenção da situação, como é de se esperar em se tratando de relações humanas. Do outro lado, a condição estrutural da sociedade também mantém seus entraves e bloqueios para a superação dos problemas apresentados.

O Serviço Social de Casos pode ser concebido como um instrumento ou meio para liberação da liberdade individual

A consciência das limitações das ciências positivas com relação ao quadro de leitura da realidade (diagnóstico) não impedia a instalação do aspecto doutrinário-cristão, mandatário do espírito humanista que norteava os caminhos de condução do Serviço Social na época.

Se de um lado a herança positivista do funcionalismo aparece na forte busca de consequência e cientificidade, de outro, a busca de suporte nas ciências sociais, reflete o vetor de configuração no estabelecimento do método e da instrumentalização, adequando os conhecimentos importados à nossa realidade institucional.

Em 1947, as Escolas de Serviço Social do Brasil, começaram a ensinar um novo método de intervenção social. Assim, a partir desse ano, passaram a compor também os currículos o método de Serviço Social de Grupo.

O *Serviço Social de Grupo* era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos.

Os autores de maior influência que se dedicaram ao Serviço Social de Grupo são: Grace Coyle, Gertrude Wilson, Gladys Ryland, entre outros, mas principalmente Gisela Konopka, Robert Vinter, e, no início da década de 1970, Natálio Kisnermam (assistente

social e sociólogo argentino). Há algo central no discurso desses autores: o fato de explicitarem como principal objetivo do Serviço Social de Grupo a capacitação do indivíduo para um correto funcionamento social.

A estruturação científica do trabalho estava fundamentada nas teorias sociológicas de Durkheim, Weber, Simmel e nas teorias da Psicologia Social e da Pedagogia, com as quais tinha íntima relação em função de seu caráter formativo e de sua conotação educativa.

As bases do Serviço Social de Grupo estão intimamente ligadas aos movimentos de auto-ajuda e, somente em 1936, é fundada a Associação Americana para seu estudo.

O enfoque "terapêutico" e disciplinador dado ao trabalho desenvolvido junto a grupos facilita o processo de integração-adaptação, porque ele contém o comportamento do homem inadequado, desequilibrado, sem, no entanto, rever questões sociais mais profundas. Nesse sentido, o problema está no homem, não na sociedade.

O Serviço Social de Grupo era, então, definido como:

Um método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade (KONOPKA, 1979, p. 33)

(...) uma prática que visa minorar o sofrimento e melhorar o funcionamento pessoal e social de seus membros, através de específica e controlada intervenção de grupo, com a ajuda de um profissional (KONOPKA, 1979, p. 45)

A organização de comunidade, posteriormente chamada de Desenvolvimento de Comunidade, também apresenta características semelhantes à dos dois processos anteriormente descritos. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial.

Durante a década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social incorpora a política desenvolvimentista no ensino. Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberia contribuir para o aprimoramento



do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos.

O DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, como a implementação de DC.

Qualquer incursão teórica que pretenda lograr um nível consistente de explicação sobre as origens do DC supõe também o retorno às condições históricas mundiais vigentes. Durante os anos de 1950, a ONU empenha-se em sistematizar e divulgar o DC como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento. Plasmado sobre um esquema conceitual societário que se regido pelos pressupostos da harmonia e do equilíbrio, sendo DC definido como:

[...] um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da nação. (XII Conferência Internacional de Serviço Social, 1962, apud BALBINA, 1978, p.252)

Aderindo às recomendações da ONU, a OEA define uma política de assistência técnica a programas de DC para as Américas e cria, junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pela divulgação e impulso desses programas no continente.

É ainda na década de 1950 que a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social com a realização de três pesquisas de caráter internacional sobre a formação de seus profissionais em nível: auxiliar, de graduação e pós-graduação.

Como se pode ver, a preocupação do Serviço Social brasileiro com o DC está atrelada a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista, principalmente o Estado.

Exemplos dessa relação podem ser observados na realização de alguns eventos: o primeiro Seminário sobre DC, patrocinado pela OEA, tem lugar em Porto Alegre, em 1951 e confere grande relevância aos trabalhos com base geográfica, cuja unidade de trabalho é a pequena comunidade. Em 1953, a ONU promove o Seminário de Bem-Estar Rural e, em 1957, é realizado o Seminário de Educação de Adultos para o DC, promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), sob o patrocínio da UNESCO.

De tudo isso, redonda à ação do Serviço Social, que, gradualmente, vai incorporando essas concepções e ações. O próprio Estado brasileiro reconhece, no método de Serviço Social de Comunidade, um instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento da nação (observe a realização do II Congresso de Serviço Social Brasileiro).

Ao assistente social, com a utilização de técnicas próprias, cabia o papel de líder indireto da comunidade, estimulador de mudança social, promovida com a participação popular.

O processo do Serviço Social com Comunidades se caracteriza pelo desenvolvimento social dos indivíduos e sua orientação pela promoção das relações eficientes e úteis entre eles em busca de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso [...] As técnicas empregadas pelo assistente social são as que estimulam e orientam os indivíduos e grupos, sem controlá-los; as medidas e providências visam à solução de determinado problema social [...] (JOHNS; DE MARCHE, 1954, p. 78)

Todos esses acontecimentos e todas essas propostas e conteúdos irão permear e delimitar a construção do Serviço Social brasileiro, cujos desdobramentos são verificáveis nos mais diversos setores, mais especificamente, naqueles que dizem respeito à organização da categoria, à expansão do ensino e da profissão, ao discurso e à prática do chamado segundo bloco da periodização da profissão.

Não há como desconsiderar ou negar que este período representa um “período de ouro” para a profissão.

O fortalecimento profissional do assistente social no final dos anos de 1940, impulsiona-o à organização de congressos, cursos de

reciclagem, criação, em 1945, da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), a criação do Código de Ética (1948) e, consagrando os esforços, a regulamentação do ensino (1954) e o reconhecimento da profissão (1956).

Em abril de 1954, Getúlio Vargas assinou o Decreto Lei n. 35.311, de 08/04/1954, regulamentando o ensino do Serviço Social no Brasil. Em seu artigo 2º, são definidas como finalidades do curso:

I- Promover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social;

II- Aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social;

III- Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais.<sup>8</sup>

A ABESS foi criada em 1945, por recomendação do I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em Santiago do Chile (1945), com a finalidade de congregar as Escolas de Serviço Social, promover um intercâmbio entre elas, garantir um padrão mínimo de ensino e representar os interesses coletivos das escolas.

A ABAS foi organizada em 1946 com a finalidade de buscar o aperfeiçoamento e a garantia do nível profissional dos assistentes sociais, defesa de seus interesses e lutar pelo reconhecimento oficial.

Convém destacar que “a ABAS não tinha sede, não tinha escritório, nem sala de reuniões, recebia mensalidades muito modestas que nem todo mundo pagava. Mesmo assim, espalhou-se pelo Brasil, criando seções regionais em vários Estados”.<sup>9</sup> Sendo assim, pode-se aquilatar o nível de luta das pioneiras para o processo de institucionalização e legitimação da profissão. Entretanto, já se fazia presente, nesse momento, a ajuda da Embaixada Americana à ABAS, através de seu adido cultural. Com essa ajuda, a ABAS realizou uma série de cursos em língua inglesa,

---

<sup>8</sup> Decreto Lei n. 35.311 de 08/04/1954. Regulamenta a Lei n. 1.889/53.

<sup>9</sup> VIEIRA, Balbina Otoni. As primeiras lutas ... as primeiras organizações. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano IV, agosto de 1983, n. 12, p. 53-85.

inclusive com a participação de Miss Lavínia Keyes na criação dos *Cadernos de Serviço Social*, revista editada pela associação.

Em setembro de 1947, através de assembléia geral, a ABAS aprovou o Código de Ética para a profissão.

### **Eventos realizados que devem ser destacados no período:**

- I Congresso Pan-Americano de Serviço Social

Foi realizado em Santiago, no Chile, em 1945.

Congregou escolas de Serviço Social e proporcionou o intercâmbio entre elas. Compareceram a esse congresso 14 delegações estrangeiras. A delegação brasileira foi representada oficialmente por representantes do Ministério do Trabalho do Departamento de Previdência Social e de assistentes sociais ligados à Legião Brasileira de Assistência (LBA) e também por representantes das Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo.

- I Congresso Brasileiro de Serviço Social.

Foi promovido em 1947, pelo Centro de Estudos e Ação Social – São Paulo (CEAS).

A temática desse congresso foi bastante diversificada, possibilitando atender seu objetivo maior, a saber, o de intercambiar experiências no sentido de garantir o emprego de métodos mais eficientes de ação. Era notável a preocupação com a racionalidade, indispensável a afirmação profissional e bastante apropriada para aquele momento.

- II Congresso Pan-Americano de Serviço Social.

Realizou-se no Rio de Janeiro, em julho de 1949, e tinha como tema central *O Serviço Social e a Família*.

O congresso foi solenemente aberto pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra e a saudação aos congressistas ficou a cargo do Ministro da Educação Clemente Marine. O tom das discussões, debates e teses, pouco se diferenciaram dos congressos anteriores. Houve uma ênfase menos apostolar e mais fundamentada na Psicologia e na técnica. Ao mesmo tempo em que se afirmava o caráter fundamental do Serviço Social de Caso, houve uma solicitação da utilização do Serviço Social de Grupo e do Serviço Social de Comunidade, o que representava a busca da

*modernização* da profissão.

- II Congresso Brasileiro de Serviço Social.

Foi realizado em maio de 1961, no Rio de Janeiro e teve como tema geral o *Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social*.

A necessidade de se adequar o Serviço Social ao processo de desenvolvimento foi sentida pela categoria profissional nesse evento, dada a ênfase nas discussões acerca do tema e a participação média de 1.000 pessoas por sessão (o II CBSS contou com 1.479 congressistas). Esse congresso reveste-se de significativa importância para a compreensão da passagem ao período posterior, após 1961.

É interessante observar que esse II CBSS teve como:

*Presidente de Honra*: Dr. Jânio da Silva Quadros - Exmo. Sr. Presidente da República

*Comissão de Honra*: Dr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda, Sa. Em<sup>a</sup>. Rev. D. Jaime de Barros Câmara – Cardeal /Arcebispo do Rio de Janeiro, Dr. Francisco de Castro Neves – Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social

*Instituições Operadoras*: Serviço Social do Comércio, Serviço Social Rural, Serviço Social da Indústria, Legião Brasileira de Assistência, Associação Brasileira de Assistentes Sociais, Associações Profissionais e Sindicatos de Assistentes Sociais, Faculdades de Serviço Social, Comitês Regionais do CBCISS

*Organização*: CBCISS – Comitê Brasileira da Conferência Internacional de Serviço Social

O temário do II CBSS obedeceu a uma linha geral por meio do qual, seis conferências proferidas em sessões plenárias apresentaram as bases do “Desenvolvimento Nacional”.

Convenções Nacionais da ABESS (1951/1961):

*I Convenção* – de 06 a 09 de janeiro de 1951 – Rio de Janeiro.

*Temática*: O Serviço Social em Face da Ação Social.

*II Convenção* – de 04 a 09 de abril de 1952 – Recife

*Temática*: Estudo dos Inquéritos sobre o Desenvolvimento das Atividades do Serviço Social no Brasil.

*III Convenção* – de 08 a 13 de janeiro de 1953 – Belo Horizonte

*Temática:* O Ensino dos Métodos de Serviço Social.

*IV Convenção* – de 12 a 18 de julho de 1955 – São Paulo.

*Temática:* Formação Cristã para o Serviço Social, Serviço Social de Grupo, Organização Social de Comunidade.

*V Convenção* – de 26 a 30 de julho de 1955 – Niterói.

*Temática:* Seminário especializado sobre os três métodos: Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade.

*VI Convenção* – de 04 a 10 de julho de 1956 – Natal.

*Temática:* Serviço Social da Família; Trabalho de Conclusão de Curso.

*VII Convenção* – de 08 a 14 de julho de 1957 – Salvador.

*Temática:* Monitoria; Supervisão; Serviço Social de Menores.

*VIII Convenção* – de 17 a 23 de julho de 1958 – Campinas.

*Temática:* Atividades do Serviço Social no Brasil; Serviço Social Rural; Monitoria.

*IX Convenção* – de 02 a 09 de julho de 1959 – Porto Alegre.

*Temática:* Estudo dos programas de importantes cadeiras do ensino do Serviço Social: Sociologia, Psicologia, Direito, Higiene e Medicina Social e Serviço Social.

*X Convenção* – de 07 a 14 de julho de 1960 – Fortaleza.

*Temática:* Formação da Personalidade do Assistente Social – aspectos: psicológico, moral e espiritual.

*XI Convenção* – de 05 a 12 de julho de 1961 – São Paulo.

*Temática:* Pedagogia Universitária, Motivação e Aprendizagem no Ensino Superior; Discussão sobre Currículo apresentado em 1959.

A expressiva ampliação da categoria, desde a década de 1950, ocorre simultaneamente ao também expressivo aumento do

número de escolas de Serviço Social (37, segundo dados da ABESS), à legalização da profissão, ao aumento da demanda institucional, o tratamento da questão metodológica do Serviço Social adquiri relevância, que se evidencia pela necessidade de afirmação profissional no âmbito da sociedade brasileira.

Até esse momento, o ensino de Serviço Social estava fundamentado nas diretrizes educacionais implantadas pelo Estado Brasileiro a partir de 1953 (Lei n. 1889, de 13 de julho de 1953).

Até 1947, momento em que se realizava o I Congresso do Serviço Social, foi demarcado como um período que chamamos "Doutrinário". O segundo período, demarcado entre 1947 e 1961, foi chamado de "A Incidência do Metodologismo e Desenvolvimentismo" sobre o Serviço Social Brasileiro.

Fica claro, a partir de toda documentação estudada, que até os anos de 1940, se articula um tipo de profissão parametrada em determinados valores políticos e ideológicos que definiram, diferentemente, o seu objeto de intervenção e que estabeleceram uma série de formas institucionais (que vão desde a constituição das escolas até a elaboração de revistas próprias, onde se divulgava um pouco do ritual profissional) de validação do exercício profissional. Em nenhum momento desse período, é perceptível a preocupação com uma afirmação profissional específica.

A necessidade de afirmação profissional só ocorreu com a inserção dos profissionais de Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, a preocupação em definir o papel da profissão, de caracterizar o seu embasamento teórico ou científico, só pode surgir quando houve um mínimo contingente de profissionais. Enquanto os profissionais são poucos, o tipo de enfrentamento que eles têm com outras profissões, com as instituições, com a forma profissional prévia e muito tênue, freqüentemente está vinculado à conquista de um posto de trabalho, à conquista de um lugar institucional para as suas práticas.

Foi mais ou menos isso que se viu até 1947. Os assistentes sociais começaram a institucionalizar sua intervenção; a partir da regulamentação dos cursos começaram a publicar, a demarcar seu terreno de intervenção.

No período de 1947 a 1961, o contingente atingiu um patamar tal que as lutas, os enfrentamentos do corpo profissional, já não se

dirigiam mais para aqueles primeiros objetivos, mas passaram a configurar uma luta pela especificidade da sua intervenção.

Começou a circular a seguinte proposição: não basta afirmar a necessidade do trabalhador social, agora já é preciso dizer que só o Trabalhador Social, só o assistente social é capaz de resolver os problemas. Fica claro que esta mudança está vinculada a duas questões: 1) o quadro sócio-político do país e 2) o próprio nível de institucionalização profissional, a regulamentação da profissão, das práticas, que surgem no início dos anos 1950. Notemos que são dois momentos diferentes, e são momentos que não são só determinados pelo que está dentro da profissão. Trata-se de formas do ator profissional e do conjunto de profissionais se demarcarem enquanto tais, ou seja, enquanto profissionais de um determinado ramo de intervenção, no conjunto da estrutura ocupacional.

As preocupações desse período serão radicalmente diferentes das do anterior. É claro que o período anterior prossegue desaguando, ecoando as suas incidências nessa etapa, nesse novo bloco. No entanto, surge uma questão nova: buscar os insumos científicos para a intervenção desse profissional. Antes não havia essa preocupação.

Esperamos com essas considerações ter deixado claro que a década de 1950 marcou um giro muito grande nas fontes do Serviço Social. No período anterior, as fontes eram mais ou menos difusas e rebatiam um fluxo, sobretudo da Europa. Em nosso país, por muitos motivos, a fonte muda. Os norte-americanos passam a ser os fornecedores desses insumos.

Haverá um processo claro de transplantação cultural envolvendo o Serviço Social nesse período, e em todo o conjunto de outras atividades de interesses científicos. O fenômeno da transplantação cultural é um fenômeno mais ou menos histórico que acompanha a formação da sociedade brasileira.

Os fatos, acontecimentos e publicações, nos fazem compreender como isso ocorreu: as pioneiras desse caminho, as primeiras assistentes sociais que foram aos EUA, que fizeram cursos, anotaram, alertaram; voltaram, divulgaram, reproduziram cursos, modificaram os currículos, tentaram dar uma densidade nova às escolas de Serviço Social, fizeram, mais ou menos, o que os sociólogos e o que os historiadores fizeram.

Acontece que o conjunto de idéias trazido, ainda que fosse



adaptado ao meio, estava muito vinculado à estrutura da prática profissional onde nascia, ou seja, a transplantação se dava no nível de se tomar padrões em vigência numa sociedade e importá-los, o que na conjuntura sócio-econômica em questão, era absolutamente normal.

O capitalismo e a mercadoria proletarizaram o mundo, não tem mais nada nacional nesse sentido. As coisas atravessaram fronteiras. Mas há sempre um conjunto de especificidades que exigem a redução, a adequação do que se transplanta a realidade dada. Ora, isso foi feito em todo o campo do conhecimento e também no Serviço Social. As senhoras que foram para os Estados Unidos, quando voltaram, tinham consciência (basta ler seus textos) de que não era possível simplesmente, tomar aquele conjunto de idéias e produzi-lo no Brasil, porque foi concebido em uma sociedade diferente. Não reside aí o problema. O problema está além: essas idéias, na medida em que não eram um puro conhecimento, não eram pura análise, supunham além da diagnose, intervenção, tratamento e um conjunto de agências sociais de que nossa sociedade não dispunha.

O que as nossas companheiras buscaram nos EUA, foi o padrão daquilo que poderíamos chamar de Serviço Social Clássico. Foi o Serviço Social que encontrou um altíssimo nível de sistematização e contou com alguns dos autores que são verdadeiramente fundamentais na criação e desenvolvimento dessa profissão.

O que nos chega não são mais as vagas idéias sobre caridade e fraternidade. Chega uma proposta articulada de catalogação, classificação e até de morfologização dos problemas, um conjunto técnico de intervenção já formalizado. Os norte-americanos não estavam mais tateando, já haviam formalizado uma teoria de intervenção em grupos, uma teoria do tratamento individualizado, ou seja, algo muito mais sofisticado. Pois bem, isto é o que chega ao Brasil.

A inadequação se deve ao fato de que se supunha que os cuidados estritamente técnicos resolveriam os problemas sociais.

O caráter de transplantação se deu, pela vinda do conjunto de conhecimentos, se deu porque esse conjunto de conhecimentos era funcional a uma determinada estrutura ideológica, econômica, política, social e de serviços. Resultado: o Serviço Social Clássico tinha um padrão de relativa eficiência onde era realizava o mesmo

não ocorrendo no Brasil, porque esse país não contava com um suporte institucional suficiente. É por isso que nós devemos ser cautelosos e prudentes quando estabelecemos uma crítica ao período.

Esse Serviço Social, na estrutura social e no quadro histórico onde ele teria de funcionar, funcionou, ele atendeu e respondeu, às demandas sociais para as quais foi posto. O que não funcionou foi este: o Serviço Social que vai acontecer no Brasil, deformado, adulterado, modificado pela ausência desta estrutura, que é o conjunto de equipamentos sociais que, em nosso país, nos distingue da.

Os chamados metodologismo e desenvolvimentismo com os quais trabalhamos estavam diretamente vinculados ao desenvolvimento das chamadas Ciências Sociais e do Serviço Social dos EUA.

As fragilidades e a vulnerabilização, do Serviço Social no Brasil, não se devem, exclusivamente, ao fato de estar preso ao modelo norte-americano. Devem-se ao fato de haver uma clara defasagem entre o contexto social que produziu um tipo de resposta e aquilo que se fez no Brasil e o contexto social brasileiro.

O chamado Serviço Social de Grupo é outro exemplo da incompatibilidade apontada acima. A teoria clássica toma o grupo como um espaço de explicitação de potencialidades individuais. O Serviço Social de Grupo Clássico, com toda ênfase no sociograma e com os demais aspectos característicos do Serviço Social de Grupo, tem uma funcionalidade elementar na sociedade norte-americana. Estabelecer um espaço de compensação do indivíduo, que não tratamos como ilusório, mas uma auto-compensação. Não é casual que as experiências adotadas pelo Serviço Social de Grupo fossem, freqüentemente, inferidas por sociólogos que estavam voltados para a Sociologia do Trabalho.

É evidente que quando se transplanta o Serviço Social de Grupos Clássico para o Brasil, se supõe as mesmas carências, as mesmas demandas, a mesma exigência. Notemos que a questão não se põe só no nível da teorização dos procedimentos, mas no nível da função. Ora, em um país onde o fenômeno urbano foi tardio, as relações entre a cidade e o campo se prolongaram até muito recentemente, há formas de solidariedade e de culturas regionais que prendem os indivíduos, que os vinculam, mesmo quando são arrancados da sua origem, qual é o papel que esse

Serviço Social de Grupos vai exercer?

O problema não pode ser atribuído ao Serviço Social de Grupo, nem ao conjunto de conhecimentos de que era constituído, mas ao fato de se apresentar como uma resposta para um tipo de demanda que não se verificava no Brasil. A impropriedade não residia no conjunto de conhecimentos ou na importação deste, mas no descompasso entre a resposta oferecida pelo instrumental do Serviço Social de Grupo e aquilo que a realidade demandava. Os próprios protagonistas desse período afirmaram sempre: "Nós fizemos o que nos foi possível fazer".

Por trás desse tipo de afirmação, está a consciência de que o trabalho empreendido não foi suficiente. É exatamente a reflexão sobre a própria prática que vai apontar para a formação de um 3º bloco na periodização da profissão – o movimento de Reconceituação.

Defendemos a idéia de que esse período, que estamos denominando metodologismo, e que cobriu sobretudo a década de 1950, representou, efetivamente um avanço, ou mais especificamente, a independência do Serviço Social brasileiro de um pensamento tendencialmente reacionário.

É esse caráter permitirá sem nenhum traumatismo, nos anos 1960, o trânsito para a perspectiva desenvolvimentista. E é provável que não tenha havido conflitos sérios na transição do Serviço Social Doutrinário para o Metodologismo porque a concepção de história continuava a mesma.

Entretanto houve um profundo giro na passagem do doutrinário para o metodologismo. A aparentemente, as pessoas continuavam combatendo a mesma questão: a posposta socialista e comunista. Se esta ainda era a preocupação central, então, qual era a diferença substancial?

O giro vai aparecer no plano metodológico, onde se supunha não haver impressionismos, mas teoria e procedimentos. Nesse plano fica clara a diferença entre esse período e o anterior (legitimado pelas encíclicas). O salto dado, não casualmente, para a laicização do exercício profissional; não significou a laicização do ensino da profissão.

Uma questão que se coloca é: o que caracteriza o período de clara influência norte-americana?

O objeto de intervenção profissional se configurou pelas

disfunções individuais e sociais; os objetivos se voltaram para a integração social, não se verificando divergência entre objetivos institucionais e profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cedeu (em parte) lugar a correntes psicológicas, principalmente à Psicanálise e às correntes sociológicas, sobretudo ao positivismo e ao funcionalismo.

A conclusão a que se chega é de que o conservadorismo católico, que caracterizou o início do SS brasileiro, começou a partir de 1940, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exigiu uma qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, tendo em vista atender às requisições de um Estado que começava a implementar políticas no campo social.

A transição do eixo de influência franco-belga para a norte-americana no Serviço Social brasileiro, não criou uma incompatibilidade com os objetivos vigentes, foi considerada como um processo necessário na busca de uma organização científica e técnica que possibilitasse a instrumentação da prática.

Na verdade o Serviço Social norte-americano nos ofereceu o acesso tanto a conhecimentos diversificados quanto a métodos e técnicas, mas cabe observar que a aplicação desses conhecimentos se fez a partir de uma *filtragem doutrinária*. Sua grande contribuição foi a de ter atribuído um conteúdo mais “científico” à conhecida metodologia da Ação Católica – o ver-julgar-agir. Ocorreu uma modernização da profissão pela via da razão instrumental.

Embora ainda sob forte influência da produção teórica norte-americana, os profissionais que compuseram o 2º bloco de periodização da profissão, começaram a procurar uma literatura que privilegiasse a análise dos fatos sociais da realidade brasileira. Um tanto mais distantes dos objetivos propostos pela 1ª geração, articulada em torno do ideário social cristão, buscaram um Serviço Social que atendesse às demandas sócio-políticas latino-americanas, principalmente as do Brasil.

Esses profissionais vão viver, logo em seguida, um período da nossa história marcado pelo militarismo e pela ditadura, mas, simultaneamente, um momento profissional caracterizado pelo

início de uma revisão crítica no interior da categoria profissional, que irá se constituir no chamado “Movimento de Reconceituação”.

ANDRADE, M. A. R. A. Methodologism and Developmentism in the Brazilian Social Service – 1947 to 1961. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n. 1, p. 283-316, 2008.

- *ABSTRACT: The content that subsidized this article is extremely dense concerning the volume of available material, dispersed in thesis, citations in books, articles, interviews and declarations of the professionals of the period, published mainly in the Social Service and Society Magazine and in thesis developed in PUC-SP on the pioneers of the Brazilian Social Service. All the effort in its construction was done in the sense of containing the most significant data for the understanding of the phase of the process of development of the profession that goes from 1947 to 1961, which suffers strong influence of the North American Social Service and that it is denominated period of the “methodologism and developmentism”.*
- *KEYWORDS: Social Service; North American Influence; Social Service Of Case; Social Service of Group and Community's Social Service.*

## Referências

AGUIAR, A. G. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1985.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento e comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1984.

ANDRADE, M. Â. R. A. As determinações históricas e a questão da instrumentalidade técnico-operativo do Serviço Social. In: *Semana do Serviço Social*, 2, 2003, Passos. *Anais...* Passos: UEMG/FSS, 2003, p. 279-285.

\_\_\_\_\_. *A prática dos assistentes sociais com grupos: análise da prática profissional dos assistentes sociais, supervisores da UNESP/Franca*. 1987, 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *A prática do ensino no curso de Serviço Social*. 1996, 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BASBAUM, L. *História sincera da República: 1930 a 1960*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1981, v. 3.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimentismo*: Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984.

COMMAGER, H. S. *O espírito norte-americano*: uma interpretação do pensamento e do caráter norte – americano desde a década de 1880. Tradução Jorge Fontes. São Paulo: Cultrix, 1950.

DEWEY, J. *Como pensamos*. Tradução Haydée de Carmargo Campos. 3. ed. São Paulo: Nacional. 1959, v. 2.

DIAS, J. F. *Serviço Social*: intervenção na realidade. Petrópolis: Vozes, 1980.

FALEIROS, V. P. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1981.

FERREIRA, F. de P. Serviço Social para a democracia. *Revista Serviço Social III*, v. 3, n. 41, 1946.

FERREIRA, F. de P. O porvir do Serviço Social americano. *Revista Serviço Social IX*, n.54, 1949.

HAMILTON, G. *Teoria e prática do Serviço Social de casos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

KFOURI, N. G. A Técnica do Serviço Social dos casos individuais. *Cadernos de Serviço Social*, ano V, n. 38, set. 1945, p. 131-136.

\_\_\_\_\_. O ensino e a prática do Serviço Social de casos em face do espírito cristão. *Cadernos de Serviço Social*, ano XV, n. 78, 1956, p. 105-115.

LIMA, B. A. *Epistemologia do Serviço Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1975.

MANCINI, L. C. O assistente social e a organização de comunidade. *Cadernos de Serviço Social*. Rio de Janeiro, setembro, 1949.

\_\_\_\_\_. A posição do Serviço Social no desenvolvimento nacional para o bem-estar Social. Congresso Brasileiro de Serviço Social –

CBCISS – Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1961.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARQUES, A. *Helena Junqueira: a construção de uma mentalidade em Serviço Social, 1994*. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MEDEIROS, R. S. Serviço Social e sociologia. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n. 46, 1947.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001. (cap. 2)

NEVES, N. P. *Nadir Gouvêa Kfourri: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil (1940-1960)* 1990, 136f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ON, M. L. R.; ANDRADE, M. Â. R. A.; NEVES, N. P. *Uma trajetória da Docência em Serviço Social: período de 1936/1976: relatório de pesquisa elaborado pelo Núcleo de Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social*. São Paulo: PUC-SP/FHDSS – UNESP, 1994 (Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social, 1).

RICHMOND, M. *Caso Social Individual*. Cap. 4, p. 60-83. Buenos Aires: Humanitas, 1962.

RODRIGUES, M. L. (Coord.) *Uma trajetória da docência em Serviço Social, período 1936-1976*. São Paulo: Ed. PUC/SP, 1994.

SILVA, M. O. da S. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano 35, n. 44, p. 77-113, abr. 1994.

SOUZA, M. L. *Questões teórico-metodológicas do Serviço Social: o reconhecimento profissional*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

VIEIRA, A. C. et al. O Serviço Social e o desenvolvimentismo de 1961 e 1968. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano 8, n. 24, p. 101-123, ago. 1987.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social: processos e técnicas*. Rio de Janeiro:

Agir, 1978.

VIEIRA, E. A. *Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1983.

YASBECK, M. C. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, ano 5, n.14, p. 29-143, abr. 1984.

Artigo recebido 08/2008. Aprovado em 09/2008.